

Indústria e Desenvolvimento em Sergipe

RESUMO

Este artigo tem os seguintes objetivos: analisar a origem e o desenvolvimento da indústria em Sergipe, desde a formação do complexo econômico sergipano, no século XIX, até as perspectivas de retomada dos investimentos industriais nos últimos dois anos; articular as mudanças na dinâmica do setor industrial sergipano com as transformações da economia nacional e do lugar de Sergipe nas economias do Brasil e do Nordeste; analisar a evolução do setor industrial sergipano nos marcos do complexo primário exportador do século XIX, o desenvolvimento industrial do século XX, desde o deslocamento do centro dinâmico em direção às atividades voltadas para o mercado interno na década de 1930, passando pelo surgimento da Nova Indústria Nordestina incentivada pela SUDENE, nos anos 1960 e 1970 e, ainda no século XX, refletir sobre o impulso do setor industrial sergipano com a implantação dos investimentos do II PND maturados nos anos 1980. Constata que nos anos 1990, a abertura comercial e a reestruturação industrial põem por terra o principal projeto estruturador do estado de Sergipe, o pólo cloroquímico. Conclui que nos anos mais recentes, já no século XXI, o setor industrial voltou a conhecer uma certa dinâmica de crescimento, embalado pelos empreendimentos incentivados pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI).

PALAVRAS-CHAVE:

Sergipe. Indústria. Desenvolvimento.

Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

- Professor Adjunto da Universidade Federal de Sergipe.

Josué Modesto dos Passos Subrinho

- Professor Adjunto da Universidade Federal de Sergipe.

Cid Olival Feitosa

- Professor Assistente da Universidade Federal de Tocantins (UFT);
- Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

1 – INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a origem e o desenvolvimento da indústria em Sergipe desde a formação do complexo econômico sergipano, no século XIX, até as perspectivas de retomada dos investimentos industriais nos últimos anos, buscando articular as mudanças na dinâmica do setor industrial sergipano com as transformações da economia nacional e o lugar de Sergipe nas economias do Brasil e do Nordeste. Segue uma periodização da história econômica brasileira que emerge com Furtado (1957) e desdobra-se nos estudos de Cano (1977, 1985) e Guimarães Neto (1989). Tem como foco a evolução do setor industrial desde o deslocamento do centro dinâmico em direção às atividades voltadas para o mercado interno na década de 1930, passando pelo surgimento da Nova Indústria Nordestina incentivada pela Sudene, nos anos 1960 e 1970, e a matriz industrial implantada no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Em seguida, trata do significado que a abertura comercial e a reestruturação industrial dos anos 1990 têm sobre o modelo de desenvolvimento de Sergipe. Com uma economia fortemente especializada em bens intermediários de origem mineral, Sergipe vê naufragar o seu projeto estruturador longamente acalentado pelas classes dirigentes consubstanciado na idealização do Pólo Cloroquímico de Sergipe e assentado nos investimentos do Sistema Petrobras. Nos anos mais recentes, já no século XXI, o setor industrial voltou a conhecer certa dinâmica de crescimento, embalada pelos empreendimentos incentivados pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI) em setores relativamente diversificados. A retomada dos investimentos nos segmentos de petróleo e gás nos últimos anos também tem contribuído para o crescimento da atividade industrial.

Este artigo é composto por cinco seções, além da introdução, que demarcam as principais inflexões na evolução das atividades industriais em Sergipe: a indústria e a formação do Complexo Econômico Sergipano; industrialização e integração do mercado nacional; a Sudene e a Nova Indústria de

Sergipe; abertura comercial e perda de participação industrial no Produto Interno Bruto (PIB) sergipano; considerações finais: a perspectiva de retomada do desenvolvimento industrial nos anos recentes.

2 – A INDÚSTRIA E A FORMAÇÃO DO COMPLEXO ECONÔMICO SERGIPANO

O povoamento de Sergipe inicia-se na última década do século XVI, mais precisamente em 1590, quando Cristóvão de Barros, à frente de uma expedição militar formada para enfrentar a resistência indígena, fundou o arraial de São Cristóvão. (PASSOS SUBRINHO, 1987).

A ocupação de Sergipe servia ao propósito português de estabelecer comunicação mais segura entre Pernambuco e Bahia. Nos primeiros anos de ocupação, Sergipe se especializou no fornecimento de alimento e animal de tiro para a região canaveira da Capitania Hereditária da Bahia, à qual pertencia. (ARAÚJO, 1970; FEITOSA, 2007).

2.1 – A Origem da Indústria: A Produção do Açúcar

As primeiras atividades industriais em Sergipe datam do início do século XVII, quando se instalam os primeiros engenhos para moagem da cana-de-açúcar que, a partir da Bahia e de Pernambuco, se estendiam em direção a Sergipe. Esses primeiros engenhos eram de pequena expressão e a economia sergipana continuava, nesse período, caracterizada pela pecuária e pela produção de alimentos de subsistência. A historiadora Almeida (1984) identificou apenas um engenho instalado em Sergipe no ano de 1612. Vinte e cinco anos depois, o número de engenhos ainda se limitava a oito.

A industrialização ainda incipiente do açúcar no século XVII foi desorganizada pela luta entre portugueses e holandeses. O enfrentamento das suas tropas em direção à Bahia ocorreu em território sergipano, com efeitos devastadores sobre a economia local. (PASSOS SUBRINHO, 1987).

A produção da cana-de-açúcar firmou-se definitivamente no território sergipano no fim do

século XVIII, ocupando as áreas litorâneas até então voltadas para a pecuária e para a produção de gêneros alimentícios. Em 1724 Sergipe contava com vinte e cinco engenhos. Em 1880, já havia 140 engenhos em funcionamento. Nesse momento, Sergipe converteu-se em uma área de expansão da agroindústria açucareira, que superava, em importância econômica e social, a pecuária e a produção de gêneros alimentícios. (PASSOS SUBRINHO, 2000). A economia açucareira, ainda que disseminada no território, tinha como núcleo central a região do rio Cotinguiba, que respondia por 3/4 da produção açucareira no início do século XIX, enquanto a pecuária se deslocava em direção ao agreste e ao sertão.

A expansão da indústria do açúcar foi muito importante para o nascimento de uma identidade sergipana. Ainda no início do século XIX, acirraram-se os conflitos entre os senhores de engenho locais e os comerciantes baianos, motivando movimentos emancipatórios que culminaram com a elevação de Sergipe à categoria de Capitania, em 1820, totalmente independente do governo baiano.

Ao longo do século XIX, Sergipe buscou reduzir gradativamente a dependência da economia baiana, notadamente em relação à intermediação comercial e financeira exercida pela praça de Salvador. A transferência da capital para Aracaju, em 1855, inscreveu-se nessa busca de maior independência econômica e financeira a partir da implantação de um centro administrativo mais integrado à região canavieira do Cotinguiba. (ALMEIDA, 1984; FEITOSA, 2007). A existência de porto natural no leito do rio Sergipe para escoamento da produção da indústria do açúcar foi decisiva para a escolha da nova capital.

Com a expansão da economia açucareira, a Província de Sergipe prosperou e foram instaladas praças comerciais importantes, inclusive casas exportadoras europeias nos municípios de Maruim e Laranjeiras, que contribuíram para impulsionar as relações com os mercados internacionais. Nesse sentido, a indústria do açúcar propiciou a integração de Sergipe ao fluxo de comércio internacional e à formação de um complexo econômico local,

inicialmente escravista, em seguida, capitalista. (PASSOS SUBRINHO, 1987).

O desenvolvimento propriamente industrial do açúcar no Nordeste ganhou expressão com a implantação dos engenhos centrais, que substituiriam os engenhos banguês. Com os engenhos centrais, operou-se, de modo mais efetivo, a separação da atividade agrícola da atividade industrial e se deu início à produção industrial de grande escala. Os engenhos centrais tiveram seu funcionamento regulamentado em 1875 pelo governo imperial, que condicionava a obtenção de vantagens financeiras e fiscais à interdição do plantio de cana diretamente por essas unidades. (IEL, 1986).

A instalação de engenhos centrais em Sergipe, no município de Riachuelo, somente viria acontecer em 1888, pela Companhia da Paraíba do Norte e Sergipe. Rapidamente, este primeiro engenho central expandiu sua produção, já respondendo, no período 1891-1892, por 5,6% da exportação de açúcar de Sergipe.

Os projetos de instalação de engenhos centrais disseminaram-se na província, havendo registros de unidades nos municípios de São Cristóvão, Maruim, Japarutuba, Laranjeiras, Divina Pastora e Rosário, mas nenhum chegou a se tornar realidade. (PASSOS SUBRINHO, 1987; FEITOSA, 2007).

Os engenhos centrais foram um experimento malsucedido em toda a região Nordeste e deram lugar às modernas unidades industriais representadas pelas usinas que passavam a controlar todo o processo econômico do açúcar. As usinas vieram a se estabelecer nas antigas terras dos banguês capitaneados pelos senhores de engenho com mais disponibilidade de recursos.

Em 1910, Sergipe já possuía 62 usinas, um número expressivo frente às 134 usinas existentes em todo o Nordeste. Tratava-se, todavia, de unidades de menor porte. Em 1920, Sergipe contava com 70 das 233 usinas existentes no Brasil e respondia por 4,8% da produção nacional. No Nordeste, formava com Bahia, Pernambuco e Alagoas a região central da civilização do açúcar. (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Brasil – Número de Usinas e Valor da Produção 1920

Estados	Nº. de usinas	%	Capital investido (1\$000)	%	Valor da produção (1\$000)	%
Maranhão	1	0,4	81.400	0,0	57.440	0,0
Piauí	1	0,4	1.200.000	0,6	153.000	0,1
Ceará	1	0,4	1.000.000	0,5	70.500	0,0
Paraíba	2	0,9	2.194.224	1,0	2.996.467	1,4
Pernambuco	54	23,2	74.096.450	34,1	81.244.839	38,4
Alagoas	15	6,4	12.063.841	5,6	13.027.455	6,2
Sergipe	70	30,0	10.832.500	5,0	10.137.617	4,8
Bahia	20	8,6	23.112.196	10,6	18.853.420	8,9
Mato Grosso	6	2,6	2.958.000	1,4	1.347.044	0,6
Minas Gerais	5	2,1	5.260.000	2,4	6.746.204	3,2
Rio de Janeiro	42	18,0	57.752.792	26,6	52.784.603	25,0
Santa Catarina	2	0,9	631.000	0,3	437.400	0,2
Espírito Santo	2	0,9	3.950.000	1,8	676.240	0,3
São Paulo	12	5,2	21.991.700	10,1	22.962.346	10,9
Total	233	100,0	217.124.103	100,0	211.494.575	100,0

Fonte: De Carli (1937).

2.2 – O Algodão e a Indústria Têxtil

A cultura algodoeira nordestina, como um todo, e a sergipana, em particular, conheceram notável expansão na década de 1860, com a deflagração da Guerra Civil Americana, que provocou a retirada dos Estados Unidos da América do mercado mundial do produto. Essa cultura expandiu-se rapidamente na província sergipana, estendendo sua lavoura para áreas tradicionais de criação pecuária e plantio de gêneros alimentícios.

Ainda que a expansão algodoeira tenha refluído ao fim da década de 1870, com a retomada do domínio da produção americana, ela deu origem a um novo e fundamental segmento produtivo na economia local: a indústria têxtil.

O beneficiamento e a transformação industrial do algodão em Sergipe fizeram com que, gradativamente, a exportação da fibra fosse substituída pela do tecido produzido. Assim, enquanto a exportação do algodão respondia por 16% e a de tecidos por 1% das exportações sergipanas do período 1891-1895, o tecido já representava 24% e o algodão 7% das

exportações sergipanas, no período 1891-1915. Nos momentos anteriores à grande depressão de 1929, os tecidos já representavam 30% das exportações sergipanas (ver Tabela 2).

Tabela 2 – Sergipe – Participação dos Principais Produtos no Valor das Exportações (Em %)

1891-1929			
Anos	Açúcar	Algodão	Tecidos
1891-1895	61	16	1
1896-1900	76	12	2
1901-1905	54	34	2
1906-1910	54	28	7
1911-1915	49	7	24
1916-1920	62	4	18
1921-1925	51	7	29
1926-1929	50	5	30

Fonte: Passos Subrinho (2000, p. 202).

A primeira fábrica de tecidos de Sergipe foi fundada em 1882, na cidade de Maruim. Seu

proprietário era comerciante do setor de exportação e importação. A indústria Cruz e Cia., ou Fábrica Sergipe Industrial, funcionava com 60 teares e empregava 170 operários. Contava com uma produção diversificada: brins, cetim, bulgariana, algodãozinho e estopa, mas seu principal mercado era a produção de sacos para a indústria do açúcar. (IEL, 1986).

Na década seguinte, a segunda fábrica têxtil se instalou em Sergipe, no município de Estância: a Santa Cruz – pertencente à firma Souza Sobrinho e Cia., com sede na Bahia e vinculada à casa comercial João Sobrinho. Especializada na produção de tecidos crus, a Fábrica Santa Cruz operava com 150 teares e, aproximadamente, 250 operários. (IEL, 1986).

Foi nas primeiras décadas do século XX que a indústria têxtil se consolidou como um dos mais importantes segmentos produtivos em Sergipe, com a fundação de um grande número de empreendimentos na capital e em cidades do interior: Peixoto Gonçalves e Cia. (1906) e a Empresa Têxtil (1906), em Neópolis; Ribeiro Chaves e Cia. (1907), em Aracaju; Empresa Industrial de Propriá (1913); Empresa Industrial São Cristóvão (1915), em São Cristóvão; Sergipe Fabril (1926), em Maruim; Fábrica Senhor do Bonfim (1914), em Estância; e, finalmente, a Fábrica de Tecidos Riachuelo (1926), no município de mesmo nome.

Nesse estágio inicial da industrialização têxtil, do fim do século XIX até 1930, a maior parte das fábricas tinha vinculação com alguma casa comercial, indicando a origem histórica dos recursos investidos na formação do parque têxtil sergipano. A exceção era a Fábrica de Tecidos Riachuelo, vinculada ao Engenho Central Riachuelo, que também possuía empreendimentos comerciais. (PASSOS SUBRINHO, 2000).

No fim do século XIX, a indústria do açúcar e a indústria têxtil constituíam as principais atividades econômicas de Sergipe. Em torno dessas atividades industriais, formou-se um complexo econômico com alguma diversificação econômica e social resultante do surgimento de atividades comerciais, financeiras e bancárias, ferrovias e estradas, bem como a fundação de centros urbanos em que emergiram estamentos médios civis e militares.

3 – INDUSTRIALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO MERCADO NACIONAL

No período anterior à crise de 1929, as regiões brasileiras comercializavam relativamente pouco entre si. O Brasil era composto por regiões que se assemelhavam a ‘ilhas econômicas’, mais articuladas com o exterior do que entre si. Estudos históricos mostram que não era bem assim. Desde o início do século, as regiões já transacionavam intensamente, mas muito mais intercambiando os excedentes não-colocados dentro da própria região ou no exterior. Assim, o comércio entre as regiões representava cerca de 1/4 do comércio total do país e o comércio exterior, os outros 3/4. O mercado de cada região era relativamente cativo para os produtores internos, que mantinham certo controle sobre esses mercados. (GUIMARÃES NETO, 1989).

Na primeira metade do século XX, fortalece-se no Brasil a articulação entre as regiões brasileiras com a formação de um mercado nacional relativamente integrado. Esse processo foi, em grande parte, resultado da industrialização que teve como centro dinâmico a economia do eixo Rio de Janeiro/São Paulo, mas que contava com importantes centros industriais em estados do Nordeste.

3.1 – O Deslocamento do Centro Dinâmico da Economia Brasileira e seus Impactos sobre a Economia Sergipana

Com a crise mundial deflagrada em 1929, a economia brasileira fez um importante esforço de reconversão das suas atividades para o mercado interno diante da impossibilidade de manter o crescimento com base na exportação de café, açúcar e outros produtos primários. A indústria brasileira passou a comandar o processo de crescimento econômico ampliando o mercado interno. Essa transição de um modelo econômico primário exportador para um desenvolvimento industrial voltado para dentro foi denominada, por Furtado (1957), de deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira.

Com a crise do modelo agroexportador, Sergipe se defrontou com a necessidade de buscar também uma saída para dentro, impulsionada pelo setor

industrial. Na verdade, desde o início do século XX, as exportações sergipanas de açúcar já eram, em sua quase totalidade (96%), direcionadas para o mercado nacional. (NASCIMENTO, 1994).

Diante da crise do café no mercado internacional, a economia agrícola do chamado Centro-Sul expandiu-se em direção à produção do açúcar com efeitos devastadores para a economia do Nordeste, como um todo, e para a de Sergipe, em particular. O declínio do preço do açúcar que se seguiu ao aumento da oferta interna afetou fortemente a economia sergipana.

Para limitar a competição predatória, foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que estabeleceu quotas de produção para cada região do país. Na década de 1940, uma mudança no sistema de quotas estabelecidas pelo IAA previa que uma região poderia ofertar a quota não-preenchida pelas outras, o que vai dar início a um longo processo de deslocamento da atividade açucareira do Nordeste para o Centro-Sul. (NASCIMENTO, 1994). Com o fim do Estado Novo, em 1945, o IAA voltou a tornar mais flexível o estabelecimento de quotas de açúcar, reduzindo o grau de proteção à produção nordestina. Esse novo quadro implicou um recuo da área plantada de cana-de-açúcar e um retorno parcial à vocação pecuária, mesmo na região do Cotinguiba.

A produção das principais indústrias sergipanas, a do açúcar e a têxtil, teve comportamento diferenciado no período 1931-1945. A produção do açúcar em 1945 era praticamente a mesma do ano de 1931, oscilando, nesse período, em torno do patamar de 780 mil sacas de 60kg. A produção de tecidos inicialmente foi fortemente ameaçada pela importação proveniente de outras regiões do país e do exterior, mas, a partir de 1936, iniciou um processo de recuperação que se seguiu até 1943. (ver Tabelas 3 e 4).

A área plantada de açúcar se expandiu no período 1931-1945, ainda que apresentasse forte oscilação, mas a produção de algodão enfrentou uma crise profunda, com queda contínua da área plantada, da qual nunca se recuperou. Nos anos 1970, com a competição da produção de estados de fora da região Nordeste e a incidência da praga do bicudo, a lavoura do algodão entrou em processo de decadência e foi

praticamente extinta em Sergipe. A área ocupada por essa cultura, que se situava em torno de 32 mil hectares no início da década de 1930, sofreu uma importante queda nas décadas de 1940 e 1950. Entre 1960 e 1975, com as políticas de incentivo da Sudene no âmbito do Programa de Reestruturação da Indústria Têxtil do Nordeste, verificou-se uma recuperação parcial da área cultivada. No fim da década de 1970, todavia, ocorreu nova queda acentuada no plantio em termos de volume de produção, depois do auge do período 1930-1945. (ver Tabela 5).

Tabela 3 – Sergipe – Produção de Açúcar e Tecidos – 1931-1945

Anos	Açúcar (saco 60kg)	Tecidos (1.000m)
1931	778.350	39.665
1932	645.416	34.340
1933	362.000	28.204
1934	319.400	31.630
1935	867.600	28.350
1936	811.677	35.031
1937	607.448	38.150
1938	493.140	41.692
1939	678.277	42.730
1940	920.975	38.536
1941	945.328	40.916
1942	687.017	56.569
1943	879.943	56.354
1944	901.898	49.693
1945	784.334	46.549

Fonte: Dantas (1983).

De fato, durante a Segunda Guerra o setor têxtil nacional apresentou um notável impulso por conta da impossibilidade de importar tecidos dos países conflagrados. Os documentos da época revelaram que as fábricas passaram a operar nos três turnos e, além de atender à demanda interna, procuravam suprir mercados da América Latina, Europa, África e Estados Unidos da América. Quando terminou o conflito, parcela das divisas acumuladas foi utilizada para reequipar a indústria. Com isso operou-se uma grande modernização e expansão de sua capacidade produtiva,

enquanto os mercados externos foram perdidos para as economias centrais.

Tabela 4 – Sergipe – Índice de Produção Açúcar e Algodão – 1931-1945. (1931=100)

Anos	Açúcar (saco 60kg)	Tecidos (1.000m)
1931	100,0	100,0
1932	82,9	86,6
1933	46,5	71,1
1934	41,0	79,7
1935	111,5	71,5
1936	104,3	88,3
1937	78,0	96,2
1938	63,4	105,1
1939	87,1	107,7
1940	118,3	97,2
1941	121,5	103,2
1942	88,3	142,6
1943	113,1	142,1
1944	115,9	125,3
1945	100,8	117,4

Fonte: Dantas (1983).

Tabela 5 – Sergipe – Área e Produção Médias de Algodão

Quinquênios	Área (mil hectares)	Algodão Em Caroço (mil toneladas)	Rendimento (kg/hectares)
1926/301	-	10,0	-
1931/35	32,2	15,6	485
1936/40	32,4	16,3	503
1941/45	20,4	10,4	510
1946/50	15,1	5,7	377
1951/55	22,0	7,2	327
1956/60	23,4	7,6	325
1961/65	26,3	8,1	308
1966/70	35,5	9,9	279
1971/75	29,2	7,5	256
1976/80	11,9	2,5	210

Fontes: Nascimento (1994).

Seguiu-se um acirramento da competição, em que os segmentos mais frágeis, sobretudo as fábricas têxteis do interior do país, inclusive de Sergipe, não conseguiram sobreviver. Na prática, o Nordeste perdeu, nos anos 1950 e 60, parcela expressiva do mercado têxtil para as fábricas do Sul e Sudeste. No fim dos anos 1960, cerca de 70% (68,7%) do mercado nordestino têxtil e de vestuário eram ocupados por produção de fora da região. (MELO, 1987). Foram anos difíceis para a indústria têxtil nordestina.

4 – A SUDENE E A NOVA INDÚSTRIA DE SERGIPE

Na década de 1950, a questão regional fez-se presente no debate brasileiro. Frente ao desequilíbrio regional crescente, em decorrência do avanço da industrialização do Centro-Sul, o presidente Juscelino Kubitschek criou, em 1956, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), cujo propósito era identificar os principais problemas da região, as oportunidades para superá-los e os mecanismos mais eficazes para o seu desenvolvimento econômico e social.

O GTDN elaborou um plano de desenvolvimento econômico abrangente para o Nordeste, em torno de quatro metas básicas, em uma proposta articulada:

- intensificação dos investimentos industriais visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira;
- transformação da economia agrícola da faixa úmida com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deveria ser intensificada;
- transformação progressiva da economia das zonas semiáridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-las mais resistentes ao impacto das secas;
- deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semiárida.

O plano de desenvolvimento contido no relatório do

GTDN, que inspiraria a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em dezembro de 1959, representava um grande avanço para a época. Esse documento propunha a implementação de novas políticas que reformassem e reorganizassem (e não apenas consolidassem) a velha estrutura agrária regional promovendo um intenso desenvolvimento industrial no Nordeste. (ARAÚJO, 2000).

Para Otávio Ianni, a experiência da Sudene significou para o Nordeste o mesmo que a revolução de 1930 para o Brasil.

A verdade é que a SUDENE constituiu-se como uma nova estrutura de poder, superpondo-se às locais, estaduais e federais preexistentes. Em confronto com as estruturas burocráticas (ou político-administrativas) vigentes na área, apareceu como uma estrutura estatal totalmente nova, com objetivos, recursos econômicos e técnicas de atuação bastante distintos daqueles que caracterizavam as preexistentes. Também nesse caso (como já ocorrera no âmbito do estado brasileiro) estava em curso a transição do estilo oligárquico de decisão e ação, quanto a assuntos econômicos, para um estilo propriamente burguês. Nesse sentido é que a criação da SUDENE representa a chegada da Revolução de 1930 no Nordeste. A continuidade do desenvolvimento capitalista no país e naquela região exigia a reestruturação do poder regional, particularmente quanto às decisões e técnicas relativas ao funcionamento e expansão da economia. (IANNI, 1971 apud SILVA, 2001, p. 210-211).

Uma característica desse período, que se iniciou na década de 1960, foi a ocorrência de um intenso fluxo de capitais de empresas do Centro-Sul em direção ao Nordeste, promovendo uma modificação radical na estrutura produtiva, com a implantação de unidades industriais modernas, tecnologicamente mais avançadas e em setores novos na indústria nordestina.

Para atrair capitais para a expansão industrial foram criados mecanismos de incentivos fiscais e financeiros que ficaram à disposição de investidores privados para investimentos na região, tanto na ampliação da capacidade produtiva e na implantação de novos setores quanto na modernização das indústrias tradicionais que precisavam fazer frente ao aumento da competição inter-regional.

O impacto dessa nova política foi de grande intensidade na estrutura produtiva de Sergipe. Como na maioria dos estados nordestinos no período anterior à criação da Sudene, Sergipe caracterizava-se, no fim da

década de 1950, por apresentar uma estrutura produtiva pouco diversificada com predomínio, no setor rural, da cana-de-açúcar, algodão e pecuária, complementada pelas chamadas culturas de subsistência.

O seu setor industrial era marcado, à semelhança dos demais estados da região, por dois ou três setores de alguma expressão, como a produção têxtil e de açúcar. Diferenciava-se, contudo, da maioria dos demais estados, pela riqueza do seu subsolo, o que mais adiante iria proporcionar a oportunidade de exploração de recursos minerais, inclusive petróleo.

Essa estrutura produtiva restrita nos setores primário e secundário refletia-se em um desenvolvimento urbano acanhado e em um setor terciário pouco diversificado nas suas atividades de serviços e de comércio. Em termos de estrutura social, a população, em sua maioria, residia no campo desenvolvendo atividades pouco monetizadas e auferindo níveis de remuneração extremamente reduzidos.

A partir dos anos 1970, sobretudo da segunda metade daquela década, ocorreu uma inflexão na trajetória do desenvolvimento econômico estadual vinculada à forma como Sergipe se inseriu nas transformações de vulto que estavam ocorrendo em nível nacional e regional.

Os estímulos aos investimentos industriais na região Nordeste criados no âmbito da Sudene e os investimentos diretos de estatais do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1974-78) do Governo Geisel marcaram profundamente a trajetória de Sergipe no período. Com a criação da Sudene e a mudança de orientação que essa entidade sofreu a partir de 1964, os incentivos fiscais para investimentos no Nordeste passaram a funcionar como “correia transportadora” da modernização da estrutura econômica nacional em direção ao Nordeste. Os grupos empresariais locais de maior expressão, sobretudo as empresas de porte no setor têxtil, também se utilizaram desses incentivos para atualizar os parques fabris e, em alguns casos, para implantar novas fábricas.

No período 1963-1988, foram aprovados na Sudene oitenta e três projetos industriais, dos quais 11 eram voltados para complementação de equipamentos, 18 para ampliação, 43 para implantação (dos quais 30 foram implantados) e quatro para reformulação técnica e financeira (ver Tabela 6).

Tabela 6 – Sergipe – Projetos Industriais Aprovados pela Sudene com Recursos do Sistema 34/18-Finor – 1963-1988

Natureza do projeto	Quantidade	Participação relativa (%)
1. Complementação de equipamento	11	13,3
2. Ampliação	18	21,7
3. Modernização	7	8,4
4. Implantação	43	51,8
5. Reformulação técnica e/ou financeira	4	4,8
Total	83	100

Fonte: Santana (1991).

Com a aprovação desses projetos, implantou-se na economia sergipana uma estrutura industrial mais diversificada, ainda que alguns setores tradicionais continuassem a manter o predomínio na indústria incentivada. A chamada indústria tradicional, de bens de consumo não-duráveis, participou com 43 dos novos projetos e os setores mais novos, produtores de bens intermediários ou bens de capital, contavam com 35 projetos. Entre as indústrias tradicionais destacaram-se o setor têxtil, que aprovou 30 projetos, o de alimentos, que aprovou nove projetos, e o de vestuário e calçados, que aprovou cinco projetos. (ver Tabela 7). Na indústria de bens intermediários, novos segmentos começavam a se consolidar na estrutura industrial de Sergipe: minerais não-metálicos, 12 projetos; química, 10 projetos; e papel e papelão, cinco projetos.

Sergipe, que já contava com unidade de produção da Petrobras, passou a ser extremamente beneficiado

Tabela 7 – Sergipe – Incentivos Fiscais 34/18-Finor – Número de Projetos Aprovados, Empregos Previstos, Valor dos Recursos – 1963-1988

Gênero da indústria	Projetos aprovados		Empregos previstos		Recursos aprovados	
	Quant.	%	Quant.	%	Valor (US\$ 1.000)	%
BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEIS	48	57,8	8.776	59,5	140.703	54,4
- Mobiliário	-	-	-	-	-	-
- Produtos Farmacêuticos/Medicinais	-	-	-	-	-	-
- Perfumaria/Sabão/Velas	1	1,2	50	0,3	594	0,2
- Têxtil	30	36,1	4.210	28,5	93.778	36,3
- Vestuário/Calçados/ Artefatos de Tecidos	5	6,0	2.557	17,3	10.497	4,1
- Produtos alimentares	9	10,8	1.461	9,9	20.526	7,9
- Bebidas	1	1,2	498	3,4	15.156	5,9
- Fumo	-	-	-	-	-	-
- Editorial e Gráfica	-	-	-	-	-	-
- Diversos	2	2,4	-	-	152	0,1
BENS INTERMEDIÁRIOS	33	39,8	5.676	38,5	116.292	45,0
- Minerais não-metálicos	12	14,5	2.628	17,8	54.855	21,2
- Extração de minerais	-	-	-	-	-	-
- Madeira	-	-	-	-	-	-
- Papel e papelão	5	6,0	546	3,7	11.005	4,3
- Borracha	-	-	-	-	-	-
- Couros/Peles/Similares	2	2,4	99	0,7	4.033	1,6
- Química	10	12,0	1.950	13,2	44.465	17,2
- Materiais plásticos	1	1,2	60	0,4	299	0,1
- Metalurgia	3	3,6	393	2,7	1.635	0,6
BENS DE CONSUMO DURÁVEL/CAPITAL	2	2,4	308	2,1	1.588	0,6
- Mecânica	1	1,2	81	0,5	296	0,1
- Material elétrico/Comunicação	-	-	-	-	-	-
- Material de transporte	1	1,2	227	1,5	1.292	0,5
TOTAL	83	100	14.760	100	258.583	100

Fonte: Santana (1991).

pela política econômica estabelecida no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1978), cuja característica central era incentivar a produção interna de bens intermediários (insumos básicos), até então fortemente importados, particularmente nas áreas de petróleo, química, petroquímica e fertilizante.

Frente aos choques do petróleo e dos desequilíbrios na balança comercial da década de 1970, o II PND centrou sua preocupação em incentivar a produção interna dos itens que mais pesavam na pauta de importação brasileira.

Em Sergipe, não só a prospecção do petróleo, iniciada em 1959 em Carmópolis, recebeu vultosos recursos, como foram implantadas duas grandes unidades produtivas estatais, as antigas Nitrofertil e Petromisa, hoje Fafen e Vale do Rio Doce. A importância dos investimentos dessas estatais em Sergipe passou a ser de tal ordem que uma única empresa, a Petrobras, ainda hoje responde diretamente por cerca de 40% do produto industrial.

Na verdade, a luta pela exploração das riquezas minerais em Sergipe mobilizou as classes dirigentes locais por décadas a partir da identificação das jazidas de barrilha. Com a implantação da Petrobras em Sergipe, em 1963, prospectando gás natural na bacia sedimentar sergipana, iniciou-se uma nova fase da indústria local.

Com o rápido crescimento da produção de petróleo, Sergipe passou ser o segundo maior estado produtor do país e assim permanece por toda a década de 1970. (FEITOSA, 2007). Com essa expansão da produção sergipana de petróleo, a Petrobras transferiu de Maceió para Aracaju a sede da Região de Produção do Nordeste (RPNE), com grande impacto sobre a economia estadual.

Outros marcos importantes dessa expansão na produção de petróleo e gás no estado foram o início da exploração do campo de Guaricema em 1978 e a construção, em 1982, da Unidade de Processamento de Petróleo e Gás Natural (UPGN) no Terminal Marítimo de Carmópolis (Tecarmo).

A exploração dos recursos minerais em Sergipe avançou com a criação, em 1977, da Petrobras

Mineração S/A (Petromisa), subsidiária da Petrobras, que iniciou a implantação, em 1979, da unidade de produção de cloreto de potássio, pioneira no país, o Projeto Taquari-Vassouras. Com o atraso dos investimentos, a produção comercial dessa unidade somente se iniciou oito anos depois, em 1987. A Petromisa foi extinta em 1990, no âmbito do programa de desestatização do Governo Collor, mas, após uma grande mobilização política, operou-se sua transferência para a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A unidade de produção de amônia e ureia da Fábrica de Fertilizantes do Nordeste Fertilizantes (Fafen) foi instalada em 1983, envolvendo investimentos de US\$ 230 milhões.

Os investimentos realizados pelo setor privado com apoio da Sudene e, sobretudo, os empreendimentos estatais, como parte da estratégia do II PND, deram grande impulso à industrialização de Sergipe, passando o setor industrial a se constituir no carro-chefe do seu crescimento. Esses investimentos se refletiram sobre a participação do setor industrial no seu produto interno, passando de cerca de 30%, em 1970, para mais de 50% em 1983.

5 – ABERTURA COMERCIAL E PERDA DE PARTICIPAÇÃO INDUSTRIAL NO PIB SERGIPANO

As economias regionais brasileiras conheceram um período de intensas transformações na virada dos anos 1980 para os anos 1990 relacionadas às mudanças profundas na economia mundial e aos seus impactos sobre o Brasil. O início da década de 1990 foi o mais duro para a produção nacional dos últimos quinze anos, em razão da combinação perversa da acelerada abertura comercial com a recessão das atividades no mercado interno, o que fez com que a economia brasileira se defrontasse com uma intensa entrada de produtos estrangeiros em seu mercado estagnado.

O agravamento da crise fiscal e financeira do Estado brasileiro no fim dos anos 1980 e a mudança de compreensão do seu papel no desenvolvimento, notadamente a partir da década de 1990, foram os principais determinantes do esgotamento da

desconcentração regional da atividade produtiva. Com o estancamento dos investimentos públicos e privados, cessou também a implantação, ampliação ou diversificação de novos complexos produtivos que marcaram a expansão regional anterior. A região Nordeste, após ter conhecido um período de crescimento da participação no produto industrial entre 1970 e meados dos anos oitenta, apresentou dificuldades nos anos noventa em se colocar como opção para os investimentos. Na segunda metade dessa década, a região, Sergipe inclusive, recebeu investimentos relativos à realocização de empreendimento da indústria de não-duráveis, notadamente calçados, obrigada a reestruturar-se em razão da combinação da abertura comercial e da valorização cambial.

A taxa de crescimento da economia sergipana, que havia sido de 10,2% na década de 1970, desacelerou-se para 5,5% na década de 1980 e 3,1% na década de 1990. A partir de meados dos anos oitenta, as atividades do setor terciário, crescentemente, passam a se tornar as de maior peso na economia sergipana, seja em termos de geração de produto, seja quanto à criação de oportunidades de trabalho. Nos anos noventa, o principal projeto estruturador do Estado de Sergipe, o polo cloroquímico, teve que ser repensado, pois havia sido projetado em um modelo de crescimento nacional em que o Estado era um dos sustentáculos da atividade econômica.

Como reflexo dessas transformações, o setor industrial, que chegou a representar 68% do PIB estadual em 1985, declinou acentuadamente a sua participação até atingir 33% em 1993. É importante destacar que percentual tão elevado de participação do setor industrial no PIB estadual, notadamente nos anos 1980, acima das médias brasileira e nordestina, decorreu essencialmente do peso da atividade de petróleo na economia sergipana. (CEPLAN, 2005).

A queda expressiva dessa participação, também mais acentuada do que as reduções verificadas no Nordeste e no Brasil a partir de meados dos anos oitenta, deveu-se em grande parte à evolução desfavorável do quantitativo e do valor da produção do petróleo sergipano.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS: A PERSPECTIVA DE RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NOS ANOS RECENTES

Nos anos mais recentes, o setor industrial voltou a aumentar sua participação no Produto Interno Bruto, indicando perspectivas novas para esse segmento. Esse fato deveu-se à instalação de novos empreendimentos incentivados pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), que ganhou certo impulso a partir de 1996. O forte incremento de participação a partir de 2000 está associado também, em menor medida, à continuidade dos investimentos com o apoio do PSDI e, em maior medida, à entrada em operação da Usina Hidroelétrica de Xingó e à recuperação do valor de produção da atividade extrativa mineral.

Desde a sua criação, em 1993, o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial mostrou efetividade na atração de novas unidades fabris. A recuperação da economia brasileira depois da mudança do regime cambial em 1999 também concorreu para a retomada dos investimentos no setor manufatureiro. O número de estabelecimentos industriais registrados em 1996 era de 475 contra 686 em 2003, enquanto o pessoal ocupado passou de 19 mil para 27 mil no mesmo período. Trata-se de uma expansão expressiva, com o número de unidades crescendo 44% e o de pessoal ocupado 43%, com evidentes reflexos na renda e, por sua vez, no poder de compra local. (CEPLAN, 2005).

Os gêneros de maior peso no valor da transformação industrial nos anos recentes têm sido a indústria de produtos alimentícios e bebidas, a indústria de minerais não-metálicos (com destaque para a fabricação de cimento), a indústria química, a têxtil, os produtos metalúrgicos e, mais recentemente, a indústria mecânica (fabricação de máquinas e equipamentos). A produção de minerais não-metálicos, a química e a metalúrgica foram os segmentos industriais que tiveram o melhor desempenho e aumentaram suas participações no Valor da Transformação Industrial (VTI) da indústria sergipana desde 1996.

Com o novo ciclo expansivo da economia brasileira, ampliando o poder de compra interno a partir de 2005, os investimentos da indústria em Sergipe ganharam novo impulso. Em 2006, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) registrou a criação líquida de 1.142 empregos formais no setor secundário sergipano. Em 2007, o saldo positivo de empregos formais foi de 3.783. Em conjunto, os dois anos somaram 4.925 novos empregos formais, dos quais 2.362 na indústria de transformação, 2.002 na construção civil, 431 na indústria extrativa mineral e 130 nos serviços industriais de utilidade pública.

Em termos de volume de investimentos, a Petrobras e a Companhia Vale do Rio Doce têm-se destacado, estimuladas pela alta mundial nos preços das *commodities*. Cabe destacar que a Petrobras vem realizando um esforço considerável na formação de rede de fornecedores locais, com reflexos na criação de empresas qualificadas na prestação de serviços no segmento de petróleo e gás. A entrada em operação da plataforma de Piranema em 2007, no litoral sul sergipano, que deverá ampliar, no horizonte de 5 anos, em 30% a produção de petróleo do estado, abre novo horizonte para a cadeia produtiva de petróleo e gás.

Esses fatos, em conjunto, parecem indicar nova inflexão na trajetória industrial de Sergipe em que as cadeias produtivas assentadas na exploração de sua base de recursos minerais voltam a ganhar peso na sua estrutura produtiva, enquanto a sua indústria de transformação segue aumentando a diversificação. Segmentos tradicionais como têxtil e alimentos e bebidas mantêm um peso considerável no valor da transformação industrial e na ocupação, mas as atividades como a indústria química, minerais não-metálicos, mecânica e calçados ganharam expressão nos últimos anos.

Essa especialização da indústria sergipana assentada em atividades intensivas em recursos naturais e trabalho pode-se tornar uma oportunidade ou uma limitação, dependendo da capacidade de se internalizar no estado novos elos das suas principais cadeias produtivas a partir da criação de infraestrutura física e de Ciência e Tecnologia (C&T) adequadas.

ABSTRACT

This paper has the following objectives: analyze the origin and the development of Sergipe's Industry from the formation of its economic complex, in the nineteenth century, to the prospects of recovery of its industrial investments in the last two years; articulate the changes of Sergipe's industrial sector's dynamics to the transformations in the national economy, as well as Sergipe's position in both national and northeastern economies; analyze the evolution of Sergipe's industrial sector in the 19th century; the 20th century's industrial development, since the shift of its dynamic centre towards activities focused to internal market in the 1930's, and the rise of the New Industry of Northeast stimulated by Sudene (Northeastern Development Bureau), in the 60's and 70's. Still in the twentieth century, it ponders on Sergipe's industrial sector's growth due to the II PND (Second National Development Plan) investments which matured in the 80's. In the 90's, commercial opening and industrial restructuring shattered Sergipe's main project, the Chlorine Chemical Centre. Recently, in the twenty-first century, there has been a certain growth dynamics back to its industrial sector, stimulated by Sergipe's Industrial Development Program (PSDI).

KEY WORDS:

Sergipe. Industry. Development.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. S. **Sergipe**: fundamentos de uma economia dependente. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1960.

ARAÚJO, A. T. **História de Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1970.

ARAÚJO, T. B. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. In: _____. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiros**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

_____. A promoção do desenvolvimento das forças

- produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 451-468, out./dez. 1997.
- BNB. **Diretrizes para um plano de ação do BNB: 1991/95: setor secundário**. Fortaleza, 1997. v. 3.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: UNICAMP, 1985.
- _____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- CEPLAN. **Sergipe: desempenho, perspectivas econômicas e evolução dos indicadores sociais: 1970-2004**. Recife, 2005. Mimeografado.
- DANTAS, I. J. C. **Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis**. São Paulo: Cortez, 1983.
- DE CARLI, G. **O açúcar na formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1937.
- FEITOSA, C. **As transformações recentes da economia sergipana (1970-2004)**. 2007. 228 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2007.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1957.
- _____. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste: GTDN. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 387-432, out./dez. 1997.
- GUIMARÃES NETO. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Fundaj, 1989.
- IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1960-70)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- IEL. **Memória histórica da indústria sergipana**. Rio de Janeiro: Universidade Federal de Sergipe, 1986.
- IESAP. **Cenários da economia sergipana: 1988/1992**. Aracaju, 1988.
- MAGALHÃES, A. R. **Industrialização e desenvolvimento regional: a nova indústria do Nordeste**. Brasília, DF: IPEA, 1983.
- MATOS, E. N.; MELO, R. O. L. A estrutura do emprego industrial no Nordeste nos anos noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, 2002.
- MELO, R. O. L. **Mudança de regime comercial e desenvolvimento regional no Brasil nos anos 90**. 2000. 273 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- MELO, R. **Industrialização e integração econômica do Nordeste: o caso da indústria têxtil**. 1987. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1987.
- NASCIMENTO, A. J. **A economia sergipana e a integração do mercado nacional (1930/80)**. 1994. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- PASSOS SUBRINHO, J. M. **História econômica de Sergipe (1850-1930)**. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.
- _____. **Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro: Sergipe: 1850/1930**. Aracaju: FUNCAJU, 2000.
- SANTANA, N. **A inserção do Estado de Sergipe na política de incentivos fiscais do Nordeste: 1963-1988**. 1991. 93 f. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) – UFS, Aracaju, 1991.
- SILVA, N. P. Sergipe: formação econômica. In: SILVA, N. P.; HANSEN, D. L. (Org.). **Economia regional & outros ensaios**. Aracaju: Editora UFS, 2001.
- SOUZA, A. V. **Política de industrialização, emprego e integração regional: o caso do Nordeste do Brasil**. 1986 198 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – PIMES, UFPE, Recife, 1986.

Recebido para publicação em: 27.02.2008

